

ORDEM DE TRABALHOS:

Aos catorze dias do mês de abril do ano de 2016, pelas dezoito horas, realizou-se na Escola Básica de São Gonçalo, sede de Agrupamento de Escolas São Gonçalo, uma reunião com todos os representantes eleitos e designados do Conselho Geral do Agrupamento supracitado, com exceção dos conselheiros: Miguel Neto; Vítor Coelho e Ana Paula Franco, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Informações;-----

Ponto dois – Análise/aprovação da Carta de Missão do diretor do Agrupamento de Escolas de São Gonçalo;-

Ponto três - Análise/aprovação do Relatório de Contas de Gerência do ano 2015;-----

Ponto quatro - Análise do relatório intermédio de execução do plano anual de atividades.-----

DESENVOLVIMENTO:

Foi aprovada por unanimidade a ata da reunião do dia 14 de janeiro de 2016. -----

A presidente deste Conselho Geral deu início à reunião, informando todos os presentes de que: -----

- Decorreu no dia 3 de março de 2016, a primeira reunião da Comissão Permanente deste Conselho. Ficou agendada uma próxima reunião para o dia 27 do corrente mês, para dar continuidade ao trabalho de definição dos critérios de avaliação do diretor do nosso agrupamento, para posterior apresentação ao Conselho Geral.-----
- Terminou as visitas às escolas do 1º ciclo e jardins de infância do agrupamento. Solicitou de novo o envolvimento e mobilização dos membros do Conselho Geral, nomeadamente dos representantes da autarquia, dos encarregados de educação e da direção, para a solução de algumas situações, a saber: obras previstas para a ampliação da Biblioteca da EB1 de Torres Vedras, pois o espaço é exíguo mas existem todos os outros recursos, tornando difíceis as execução de algumas atividades, seria necessário acelerar o processo, uma vez que o projeto já existe; requalificação de alguns espaços e salas da EB1 de Torres Vedras, que se encontram bastante degradados; obtenção de um frigorífico para o jardim de infância da Serra da Vila e obras no recreio da EB 1 da Freiria, pois no centro do pátio de recreio encontra-se um poço tapado, mas que pode ser causador acidentes com alunos, pois trata-se de uma estrutura em betão. A direção já solicitou às entidades competentes ajuda na resolução do problema, mas o mesmo continua sem resposta. De forma generalizada, os docentes do 1º ciclo e as educadoras lamentaram que nos computadores das escolas se continue a trabalhar com o programa informático Open Office, pois o mesmo não é compatível com documentos elaborados em Microsoft Word. Também referiram que muito do equipamento

informático existente nas escolas e jardins de infância não funciona, apesar dos pedidos feitos junto da autarquia, os problemas não são resolvidos, ou a sua resolução é tardia. -----

O senhor diretor interveio no sentido de louvar o trabalho realizado pelos professores de 1º ciclo e educadores de infância que mesmo em condições em que o espaço físico envolvente se encontra degradado e pouco apelativo fazem um trabalho de excelente qualidade com os seus alunos. -----

O conselheiro Emanuel Silva lembrou que existe um sistema de alertas da Câmara Municipal que é bastante eficaz na resolução de alguns problemas. No entanto, o diretor referiu que as diretrizes que têm é para que as ocorrências sejam participadas à sede de agrupamento e este é que deve fazer a comunicação à Câmara. -----

- A coordenadora da Escola Básica de Dois Portos, professora Ana Reis enviou à direção deste agrupamento um email de agradecimento, referindo que “Venho por este meio informar que desde o dia 22 de janeiro de 2016, se encontra a funcionar o sistema de aquecimento da Escola Básica de Dois Portos. Agradecer, em meu nome, em nome dos colegas e de todos os alunos, encarregados de educação e pais, todo o apoio que demonstraram neste percurso.”-----
- Relativamente à Avaliação Externa do Agrupamento, a mesma irá decorrer nos dias 2, 3, 4 e 5 de maio de acordo com a informação recebida da IGEC. O painel com o Conselho Geral decorrerá no dia 2 de maio, logo a seguir à apresentação. Todos os membros do Conselho Geral deverão estar presentes, pelo que a presidente irá enviar uma convocatória para que os conselheiros que o necessitem possam apresentar nos serviços onde trabalham.-----
- De acordo com estabelecido no Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril, no artigo 5º, ponto 2, “No ano letivo de 2015 – 2016, o diretor do agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas, ouvido o conselho pedagógico, pode optar por não realizar as provas referidas no número anterior, por decisão especialmente fundamentada, ponderadas as potencialidades do processo de aferição para a melhoria das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos.”. No nosso agrupamento o conselho pedagógico emitiu o seguinte parecer sobre o assunto:-----
“Não realização das Provas de Aferição nos 2.º, 5.º e 8.º Anos de Escolaridade: De acordo com a Nota Informativa Nº1/2016 sobre o Modelo Integrado de avaliação externa das aprendizagens no ensino básico, este pretende clarificar os propósitos da avaliação contribuindo para uma intervenção atempada nas aprendizagens dos alunos. Uma vez que até à data não foi disponibilizada qualquer informação, nomeadamente sobre a tipologia e conteúdos, das Provas de Aferição de 2º, 5º e 8º anos, considera-se que não será oportuna a sua realização, uma vez que o processo de avaliação deve estar estabelecido desde o início do ano letivo para que alunos, professores, pais e encarregados de educação tenham conhecimento das áreas do currículo e dos

referidos propósitos dessa mesma avaliação. A avaliação e aferição das aprendizagens já está prevista no Projeto Educativo que inclui a realização de provas conjuntas por disciplina e por ano de escolaridade. A calendarização das provas que coincide com o final do ano letivo e com atividades previamente programadas no Plano Anual de Atividades e ainda com os conselhos de turma de avaliação de 9º ano. As datas de 6 e 8 de junho que correspondem à última semana de aulas do 3º Período, sujeitam os alunos a vários tipos de avaliação (sumativa interna que decorreu nas últimas semanas de aula e aferição externa) sem qualquer interregno. Acresce ainda o facto de os alunos do 5º ano terem realizado as provas finais de 4º ano no ano letivo anterior. -----

Não Realização das Provas Finais nos 4.º e 6.º Anos de Escolaridade: Na sequência da justificação elaborada para as Provas de Aferição, o Conselho Pedagógico emitiu igualmente parecer desfavorável à realização das Provas de Português e de Matemática nos 4.º e 6.º anos de escolaridade. Inicialmente o Agrupamento de Escolas foi informado de que estas provas não aconteceriam e, por isso, a sua calendarização/concretização colidiria não só com as atividades do Plano Anual do Agrupamento, bem como, com todos os procedimentos de avaliação interna. Além disso, o Agrupamento aplica provas globais/sumativas conjuntas nos diversos ciclos e áreas do saber/disciplina.”. -----

Assim e tendo em conta o parecer anterior o diretor optou pela não realização das provas de aferição nos 2º, 5º e 8º anos de escolaridade e pela não realização das provas finais nos 4º e 6º anos de escolaridade. -----

- A equipa de autoavaliação elaborou o Plano de Ação de Melhoria (PAM) para o biénio 2015-2017. Este constitui um instrumento de suporte à programação e à implementação das ações de melhoria no Agrupamento. Nele foram delineados um conjunto de objetivos, metas, indicadores e ações, que pretendem mobilizar a comunidade educativa e os seus recursos. O PAM foi apresentado e analisado em Conselho Pedagógico, posteriormente as estruturas intermédias também procederam à sua análise. As sugestões apresentadas foram ponderadas e introduzidas no Plano, tendo este sido aprovado no Conselho Pedagógico de seis de abril. O Plano de Ação de Melhoria assumir-se-á como um processo dinâmico, que contemplará, na sua aplicação todos os reajustes que forem considerados necessários, oportunos e pertinentes à medida que vai sendo monitorizado. Na próxima reunião de Conselho Geral, a coordenadora do PAM, virá fazer a apresentação do documento referido anteriormente, embora este já se encontre disponível para consulta. -----

- Foram oferecidos pela Associação de Pais e Encarregados de Educação dois micro-ondas, um para a Escola de São Gonçalo e outro para a Escola de Freiria para que possam ser utilizados pelos alunos que levam almoço de casa. -----

Foi agendada a data da próxima reunião não ordinária, para o dia 19 de maio, para aprovação dos critérios de avaliação do diretor deste agrupamento, os quais estão a ser trabalhados em reunião de Comissão Permanente deste conselho, assim como para a apresentação do PAM. -----

No ponto dois, análise/aprovação da Carta de Missão do diretor do Agrupamento de Escolas de São Gonçalo, a presidente referiu que tal como é referido na Portaria nº266/2012 de 30 de agosto, no artigo 6º, ponto 6 , “A validação através de assinatura da carta de missão requer aprovação de maioria simples dos membros do conselho geral, ...”, propondo leitura e análise da referida carta. -----

Após a análise do documento, Carta de Missão do diretor do Agrupamento de Escolas de São Gonçalo, o mesmo foi aprovado por todos os presentes com direito a voto (em anexo I). -----

Passando ao ponto três da ordem de trabalhos, análise/aprovação do Relatório de Contas de Gerência do ano 2015, a presidente deste Conselho, fez uma pequena introdução referindo que um Relatório de Conta de Gerência deve traduzir uma estratégia de gestão apoiada em princípios de racionalidade económica e financeira e rigor orçamental, deve estar conforme a lei e regulamentos em vigor e o mesmo deve ser aprovado pelo Conselho Administrativo e posteriormente pelo Conselho Geral (conforme o artigo 13º, ponto 1, alínea j) do Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho. O documento foi lido e analisado em todas as suas vertentes. Após a análise do documento e tendo sido feitos alguns esclarecimentos pelo diretor e pelas conselheiras Isabel Lucas e Maria Helena Veiga, o Relatório de Contas de Gerência- Ano 2015 foi aprovado por todos os presentes com direito a voto (em anexo II). -----

No ponto quatro, o senhor Diretor, distribuiu e apresentou a todos os conselheiros o documento “Relatório de Atividades - 2º período” (em anexo a esta ata- Anexo III), dando assim a conhecer a todos o balanço das atividades efetuadas no 2º período, nos vários níveis de ensino. -----

E, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata.-----

O Secretário

A Presidente do Conselho Geral

(Rosário Subtil)

(Amélia Lourenço)